

TÓPICOS PARA A CONFERÊNCIA DE ALICANTE

Quero agradecer a Ignacio Ramonet o convite que me dirigiu para vir aqui – dialogar com ele – sobre o tema: “a crise ecológica e a crise climática: que soluções?” Crise climática – diga-se – que está intimamente relacionada com a crise global (financeira, económica, social e de valores) que o Mundo enfrenta.

Devo começar por vos dizer que não sou um especialista das questões ambientais, que todavia me interessam muitíssimo, como a todas as pessoas conscientes. Trata-se de assegurar a defesa do Planeta e a sobrevivência da Humanidade.

Sou um homem político, que teve responsabilidades no seu País e ex-parlamentar europeu, mas que hoje se transformou num ensaísta e num cronista, que segue com atenção, numa época de crise múltipla, as questões ambientais como, aliás, todas as outras políticas: sociais, económicas, financeiras e civilizacionais que nos afectam.

Particpei no Congresso do Rio em 1992, onde se defendeu o conceito de um desenvolvimento sustentável ou seja: com dimensão social e ambiental. As conclusões foram excelentes mas, como se passou com os Objectivos do Milénio, quase não tiveram consequências práticas...

Em 1998 presidi à Comissão Mundial Independente para os Oceanos, que elaborou um relatório intitulado “O Oceano, nosso futuro” que foi apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas, publicado em treze línguas e amplamente debatido. No entanto, os progressos feitos desde então, não alteraram fundamentalmente a perigosa situação dos Oceanos. Continua a não haver uma ordem global que os dirijam e que os impeçam de se transformar em verdadeiras lixeiras, com gravíssimas consequências para a biodiversidade e que estão na origem, com o aumento do CO2 na atmosfera, nas alterações climáticas, que nos afligem.

Nos anos finais do passado século ocupei-me, em colaboração com o meu amigo Riccardo Petrella, que participa na actual Conferência e que foi a alma dessa iniciativa, a que chamámos “o contrato mundial da água”. Considerámos a água como um bem comum da Humanidade – porque sem água potável a Humanidade não pode sobreviver – e é, além disso, um bem escasso, muito mais valioso e importante do que o petróleo, que constitui, por isso mesmo, um dos primeiros Direitos Humanos e não pode ser tratado como uma mercadoria comerciável ou susceptível de sucessivas privatizações.

Aqui em Alicante, em Valência e por toda a Península, como também em Portugal, começa a haver uma consciencialização efectiva desta realidade – que aqui conhecem bem – mas por razões internacionais e pela força de grandes interesses nacionais, continuamos longe de ter a regulamentação legal necessária para que a água seja considerada um Direito Humano e um bem comum de todos os seres humanos. Além de um dos principais desafios que temos a resolver no nosso século XXI. Estamos longe disso.

Al Gore, antigo Vice-Presidente de Clinton e rival de George W. Bush, como Candidato à Presidência, em 1999, aceitou a vitória de Bush, decretada pelo Supremo Tribunal, apesar de ter mais votos do que Bush. Isso levou-o a abandonar a política activa e, em 2006, a publicar o seu livro “Uma verdade inconveniente”, a que se seguiu um filme com o mesmo nome, sobre o perigo das alterações climáticas. Tanto o livro como o filme tiveram imenso sucesso.

Al Gore deu incontestavelmente uma poderosa contribuição para a consciencialização global da importância das questões ambientais e, por esse modo, obrigou os responsáveis políticos a interessarem-se seriamente pelo tema. Gorbachev criou também uma Comissão sobre o assunto, intitulada Green Cross (de que sou membro) bem como o Club de Madrid, a que também pertença, e inúmeras ONGs ambientalistas, algumas das quais muito anteriores.

Foi essa pressão cívica, exercida pelas massas populares de todos os Continentes, que conduziram aos Acordos de Quioto, que não foram subscritos, no entanto, por duas grandes superpotências: os Estados Unidos e a China, que se contam entre os maiores poluidores do Mundo.

Entretanto, o impasse de Quioto – esperemos – está em vias de ser ultrapassado, com a eleição do Presidente Barack Obama e a defesa que fez, desde o início do seu mandato, da necessidade de

salvar o Planeta, nossa "casa comum", como lhe chamou Gorbachev. Os dirigentes chineses começaram, igualmente, a dar sinais de preocupação quanto às questões ambientais. Na próxima Conferência de Copenhaga, organizada pela ONU, serão discutidos os avanços que é indispensável introduzir nos Acordos de Quioto. É indispensável ir muito mais longe para salvarmos o nosso Planeta de grandes catástrofes naturais.

Como sabem, os grandes desafios que, no século XXI, se põem à Humanidade só podem ter uma resposta global. Nenhum Estado por mais forte e rico que seja – mesmo os grandes colossos emergentes – pode, por si só, resolver os problemas a que o Mundo, a ganância, a ignorância e o desleixo de muitos seres humanos nos conduziu.

Vivemos num mundo global que deve ser de paz e não de guerra, por mais regionais e locais que sejam, com uma verdadeira cultura de paz, como o vosso compatriota Federico Mayor Zaragoza tem incansavelmente proclamado. Um mundo que deve recusar uma cultura de violência, para que as televisões tanto contribuem, onde seja criminalizado o tráfico ilegal de armas, a criminalidade internacional organizada e o terrorismo, nas suas diferentes formas, sobretudo quando pretende estar ao serviço de uma ou várias religiões.

Não se trata de uma utopia – como não é uma utopia a defesa do nosso Planeta ameaçado – trata-se de uma necessidade imperativa, se queremos evitar maiores catástrofes. Para isso, não nos basta falar, como se fez na última reunião do G20 de uma "nova ordem económica mundial". Precisamos de caminhar para uma globalização regulamentada e para uma nova ordem mundial tout court. O que passa por um novo paradigma de desenvolvimento, como disse Barack Obama, com dimensão social e ambiental, que valorize o trabalho – e não o lucro – o diálogo, tenha valores éticos e vise, essencialmente, as pessoas, como a medida de todas as coisas.

Tudo isso passa, obviamente, pela reestruturação das Nações Unidas – e, especialmente, do Conselho de Segurança – num mundo que deixou, em definitivo, de ser bilateral ou unilateral e passou a ser multilateral. O que simultaneamente complica e facilita a questão.

Há que reconhecer que a União Europeia continua infelizmente num impasse – sem lideranças credíveis – e, em vésperas de um novo referendo do Tratado de Lisboa, sem sabermos se teremos ou não um modelo institucional que permita que haja uma governação política europeia concertada entre os vinte sete países membros e não um directório dos maiores países. Até ao fim do ano em curso saberemos se e como vamos sair do impasse em que vivemos...

Há, contudo, uma esperança que não podemos, nem devemos, menosprezar. No século XXI estamos a assistir a um fenómeno novo na história: uma cidadania global que, dada a divulgação tão rápida dos acontecimentos e da informação – que chega quase simultaneamente aos recantos mais afastados da Terra – permite a todos os cidadãos fazerem pressão sobre os acontecimentos e sobre os decisores políticos, económicos, homens de saber e de cultura.

A consciencialização dos problemas ecológicos – para salvar o nosso Planeta – a importância da paz e o desastre da guerra e o senso comum das pessoas, mulheres e homens, de todas as etnias a pensar pelas suas próprias cabeças e a manifestar-se civicamente em toda a parte, é um fenómeno novo, que nos leva à conclusão que pela palavra e pela acção é possível mudar o mundo. Não devemos desistir.

Alicante, 1 de Outubro de 2009